

ENTREVISTA/Antônio Carlos Magalhães

ACM afirma que corrupção continua

Ari Vicentini/AE

O governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães (PFL), assumiu de vez nesta semana a posição de maior opositor do governo do presidente Itamar Franco. Aliado do ex-presidente Fernando Collor até o fim, ACM rompeu o silêncio que guardava desde a reta final do impeachment e escolheu como um dos alvos as negociações entre o governo e os partidos em torno de um pacto que garanta a aprovação de projetos prioritários no Congresso. Em entrevista ao Estado, ACM disse que qualquer possibilidade de pacto se esgotará quando for aprovado o ajuste fiscal. Cobrou ação do presidente e afirmou que a corrupção não acabou após o afastamento de Collor da Presidência.

"Não basta ele (Itamar) ser honrado e dizer que é honrado", declarou ACM. O governador da Bahia não apontou nomes nem deu detalhes, mas deixou no ar a sugestão de que um dos focos de corrupção se encontraria no Ministério da Ação Social, que foi ocupado por um aliado seu, o deputado Ricardo Fiúza, no fim do governo Collor, e hoje é dirigido por um adversário político, o tucano Jutahy Magalhães Júnior.

Presidencialista e provável candidato à sucessão de Itamar, embora negue, vê aumentarem as chances do parlamentarismo vencer o plebiscito de abril. Se o parlamentarismo ganhar a consulta, ACM, apesar de considerar o Congresso em condições de funcionar no novo regime, aconselha pelo menos um reparo: a comissão de orçamento deve ser "totalmente modificada". Para o governador, ela teria de ser menor e com membros indicados "por mérito".



Memórias da crise

Antônio Carlos, sobre Collor: "Não tinha mais jeito, mas preferi ficar"

Estado — A corrupção terminou com o governo Collor?

Antônio Carlos Magalhães — Não, a corrupção continua. A corrupção pode ser colocada nos limites da criminalidade por vontade política dos governos. Quem quiser tem que agir para impedir a corrupção através de atos e não apenas de palavras. E praticar no governo atitudes de decência, como as concorrências corretas, onde o preço mínimo seja o objetivo principal.

Estado — O que o presidente pode fazer?

Antônio Carlos — Ele tem que dizer que verba tem que ser bem empregada, que verba não tem padrinho político, que verba é necessidade do local. E ficar atento às denúncias que forem feitas. Mandar apurar. Parar de onde partirem: de amigos ou de adversários.

Estado — O governo Itamar tem um compromisso formal com o combate à corrupção. Se avançar nessa direção, o senhor poderia apoiá-lo?

Antônio Carlos — Se isso ocorrer serei o primeiro a aplaudir. Agora não basta ele ser honrado. É pouco. Ele tem que provar que o governo todo é honrado. Isso é que eu quero ver.

Estado — O senhor tem conhecimento de casos de corrupção no governo Itamar?

Antônio Carlos — Conheço liberação de verbas do mesmo jeito. Conheço liberação de recursos para estados da mesma maneira.

Estado — Onde está a corrupção nessa mesma forma?

Antônio Carlos — Olha, um governo que libera para prefeitos que vão deixar o poder, cinco ou seis dias antes de deixarem suas prefeituras, quantias grandes em relação ao município, evidentemente não está bem intencionado.

Estado — O ministro da Ação Social, Jutahy Magalhães deu várias declarações públicas dizendo que quando ele assumiu, o ministério não tinha um tostão.

Antônio Carlos — Tenho impressão de que tinha bas-

tante dinheiro. Tanto que ele está liberando verba.

Estado — Que reformas o senhor acha necessárias para que se coíba a corrupção?

Antônio Carlos — Olha, a coisa mais difícil é botar corrupto na cadeia. Devemos fazer modificações no Código Penal. Mas isso teríamos que fazer com certa brevidade para que na eleição de 94 não tivesse muito corrupto passeando por aí.

Estado — O senhor incluiu essa distribuição de verbas na Ba-

hia pelo governo federal na corrupção. É isso mesmo?

Antônio Carlos — Não quero ofender o ministro Jutahy. Não existe nenhum propósito meu em relação ao ministro Jutahy ou ao presidente Itamar Franco. Eu quero fazer as minhas coisas impessoais. Na medida em que eu saiba alguma coisa de concreto eu vou denunciar ao próprio ministro e ao próprio presidente.

Estado — E esses casos são casos concretos?

Antônio Carlos — Esses casos são concretos e eu vou denunciar tranquilamente.

Estado — O senhor tem esse discurso, não é um discurso de hoje, contra a corrupção. É inevitável que se pergunte: como o senhor apoiou Collor até o final?

Antônio Carlos — É verdade. Nunca concordei com determinadas posições do presidente Collor e fui a voz discordante dos governadores do Nordeste em relação ao presidente Collor. E praticamente exigi a mudança de ministério. Não há dúvida que ao final, ele tinha um ministério decente.

Estado — O senhor já fez uma avaliação destes primeiros dias de governo?

Antônio Carlos — O presidente já tem três meses e alguns dias de governo. Quem trocou o ministério, há três meses, não tem só alguns dias de governo. Até agora a inflação não baixou. Eu quero ver tudo melhorado. Estou torcendo para que ele dê certo.

Estado — E Fleury?

Antônio Carlos — Ele é prescindível.

'Collor e PC eram sócios de longo tempo'

Estado — O senhor disse que o governo Itamar é péssimo. Disse também que o governo Collor foi péssimo. Por que então o senhor defendeu o governo Collor?

Antônio Carlos — Eu obriguei o Collor a mudar o ministério. Mudou por minha causa. Já na parte final eu cheguei para o Jorge Bornhausen e disse: nós temos que sair disso. O Bornhausen me fez um apelo para ficar, que ele colocava o Tinoco (Eraldo Tinoco, ex-ministro da Educação) lá. Eu disse que se botava o Tinoco nós tínhamos de ficar até o fim. Como eu poderia sair?

Estado — O senhor se sentiu comprometido moralmente?

Antônio Carlos — Sim. Quando ele chamou o verde-amarelo, não tinha mais jeito. Mas eu preferi ficar.

Estado — Qual foi a vantagem da sua posição?

Antônio Carlos — Fui coerente.

Estado — O senhor achava que o presidente não tinha moral para permanecer no cargo, mas se sentia comprometido porque ele mudou o Ministério?

Antônio Carlos — Acho que Collor e PC Farias eram sócios. Todos esses casos eram fruto de uma sociedade de longo tempo. Quando pedi a mudança de ministério, mudamos e aí não se viu mais corrupção no governo. Ele não tinha mais nem como fazer. Os outros ministros assumiram o governo.

Estado — Qual a vantagem de sua posição anterior de apoio ao governo Collor?

Antônio Carlos — A Bahia não levou nada. Para o Rio ele deu.

Estado — O que o presidente Itamar deveria fazer para baixar os preços?

Antônio Carlos — Na hora que eu fosse presidente da República eu diria.

Estado — Mas onde é que ele está errado?

Antônio Carlos — Ele está errado quando fala que vai tomar providência e não toma. Cria expectativas e falha. Ele está errado quando ameaça e não cumpre.

Estado — O senhor poderia ajudá-lo a acertar participando de um pacto?

Antônio Carlos — De um pacto não, porque eu não acredito nesses pactos. O povo não se beneficia com nada disso. O povo é um espectador, é quem paga a conta.

Estado — Parece que agora é condomínio.

Antônio Carlos — De condomínio sem síndico eu não quero participar.

Estado — Voltando ao tema corrupção, o senhor acha que Orestes Quêrcia é um exemplo de corrupto impune?

Antônio Carlos — Eu não posso dizer que ele é um exemplo de corrupto impune, até porque eu não sou uma pessoa que mora em São Paulo. O que eu posso dizer é que vocês de São Paulo têm esse exemplo para um julgamento dentro de pouco tempo. E deve ser julgado pelo povo deste estado.

Estado — O governo elegeu agora o ajuste fiscal como a tábua

de salvação?

Antônio Carlos — O ajuste fiscal não cuida de diminuir déficit público, não se cuida de cobrar sonegador, não se cuida de aperfeiçoar a máquina de arrecadação e se diz que o ajuste fiscal vai melhorar a receita do Estado, do Município e da União. Logo, quem vai pagar é o contribuinte, que já tem uma carga muito grande. Essa sobrecarga do contribuinte não deve existir.

Estado — O que o senhor acha que deve ser feito?

Antônio Carlos — No momento, a reforma deve ser interna. O primeiro exemplo que o governo deve dar é melhorar a sua máquina fiscal, que saiba cobrar, seja ágil, ela vai talvez dobrar sua arrecadação sem penalizar mais o contribuinte.

Estado — Qual vai ser o desfecho do pacto?

Antônio Carlos — Nenhum. Desaparece depois do ajuste fiscal. O Lula pula fora já já. O Quêrcia e o Jereissati não vão ficar presos à sustentação do governo. Eles ficam fingindo que estão apoiando o Itamar.

Estado — O que o senhor acha do nojo de políticos lançado como uma bandeira pelo governador Ciro Gomes?

Antônio Carlos — Eu não tenho nojo de políticos. Ao contrário. Eu sou político, gosto dos políticos. Agora, têm políticos que merecem nojo e têm políticos que merecem respeito.

'Que parlamentarismo vamos ter?'

Estado — O que está contribuindo mais para o parlamentarismo hoje?

Antônio Carlos — Eu não acho o povo brasileiro de índole parlamentarista. As elites brasileiras, de modo geral, são mais parlamentaristas que o povo. Eu perguntaria que regime parlamentar nós vamos viver a partir da implantação do parlamentarismo. Nenhum dos séqueiros do parlamentarismo no Brasil saberá dizer. Que modelo de parlamentarismo vamos ter no Brasil? O português, o espanhol, o alemão? O povo vai votar na tese sem saber que regime vai ter? O povo não deve saber disso? Em abril isso será decidido. E fevereiro é Carnaval.

Estado — Então o senhor é favor do adiamento do plebiscito?

Antônio Carlos — Não, já está marcado. Se adiar é pior.

Estado — O senhor fará campanha pelo presidencialismo junto com Brizola e Quêrcia?

Antônio Carlos — Por que?

Estado — O que o senhor acha do atual Congresso?

Antônio Carlos — Ele é um retrato da sociedade brasileira. Pode merecer, em parte, o respeito e em parte não.

Estado — Ele é capaz de fazer funcionar um governo parlamentarista?

Antônio Carlos — Tem. Mas a comissão de orçamento, por exemplo, tem que ser totalmente modificada. Não pode ter 120 membros, tem que ser menor. E as indicações devem ser feitas por mérito.

'Eu vou ser senador pela Bahia'

Estado — Qual é a solução para o ajuste fiscal?

Antônio Carlos — Não sei, não sou presidente.

Estado — O senhor quer ser presidente? É candidato ou não é?

Antônio Carlos — Eu vou ser senador pela Bahia.

Estado — Quer dizer que o senhor quer ser presidente mas não quer ser candidato?

Antônio Carlos — (risos).

Estado — Quem tem chance nas eleições presidenciais de 94?

Antônio Carlos — Por enquanto, Lula. E Maluf, se tiver êxito na Prefeitura de São Paulo. Maluf é um problema, porque só consegue se tiver muito êxito e é muito pouco tempo para que ele tenha um grande êxito.

Estado — E o governador Leonel Brizola?

Antônio Carlos — Brizola, na minha ótica, não. Ele já fez uma administração e não é um bom candidato. Só poderia ser se não tivesse sido governador do Rio.

Estado — E o Quêrcia?

Antônio Carlos — Eu acho que o Quêrcia não é um candidato forte. Porque não existe esse negócio do PMDB nem nada disso na eleição presidencial. Fica por aqui e tem essas denúncias de imoralidade que fizeram um bom estrago na vida política dele. Mas para deputado ele se elege.

Estado — E Fleury?

Antônio Carlos — Ele é prescindível.